

A seguir apresentamos um pequeno resumo de cada uma das experiências visitadas. Estes resumos foram elaborados a partir dos relatórios de visita de campo das equipes do Cliu e referem-se ao ano em que foram visitadas. Para a edição deste livro não foi feita qualquer pesquisa para atualizar as informações da experiência ou mesmo para averiguar sua continuidade. Os relatórios podem ser lidos na íntegra na página deste livro na internet.<sup>1</sup>

2008

### 1. Casa Rosa Mulher, Rio Branco – AC

Estudantes - Malila Nami Cutrim Ohki (FGV-Eaesp) e Priscilla Costa Silva (UFAC)

Supervisão - Fernando Burgos (FGV-Eaesp)

A Casa Rosa Mulher é uma instituição de combate à violência doméstica ligada à Prefeitura Municipal de Rio Branco-AC. É um centro de referência que procura promover a cidadania e a melhoria da qualidade das relações sociais e afetivas destas mulheres, especialmente das vítimas de violência. A proposta nasce de uma articulação entre a Rede de Mulheres Acreanas e a Prefeitura de Rio Branco, a partir de diagnósticos elaborados pela UFAC, tendo sido inaugurada em 1994. O trabalho com as mulheres envolvidas com a prostituição buscava defender seus direitos e não necessariamente suprimir a atividade. O foco principal era auxiliar a mulher, em atendimentos individuais ou coletivos, a sair da situação de risco e melhorar sua qualidade de vida. Para isto, o trabalho se estabelece oferecendo apoio jurídico e psicológico, além da oportunidade de formação profissional que diversifique a fonte de renda e permita sua independência financeira. Na medida em que as mulheres tenham perspectivas ampliadas, podem optar pelo caminho que gostariam de seguir. A Casa Rosa Mulher é mantida com recursos da Prefeitura Municipal de Rio Branco-AC e convênios com o Governo Federal.

---

<sup>1</sup> [ceapg.fgv.br/conexaolocalinteruniversitaria](http://ceapg.fgv.br/conexaolocalinteruniversitaria)

## 2. Escolas Família Agrícola do MEPES, Espírito Santo

Estudantes - Gesley Fernandes Pereira (FGV-Eaes) e Juliet Neves Matos (UFAC)  
Supervisão – Veronika Paulics (FGV-Eaes)

As Escolas Família Agrícola (EFAs) do Espírito Santo, buscam oferecer possibilidade de acesso à educação para as pessoas que vivem no meio rural, sem que os estudantes tenham que se mudar para as cidades ou abandonar o trabalho agrícola. Esta forma de ensino é conhecida como Pedagogia de Alternância e consiste em alternar períodos de convivência na escola e na família. Desta forma, o saber construído é um resultado do diálogo entre estes diferentes saberes – o da escola (teoria) e o de casa (prática). As EFAs do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) são pioneiras no Brasil. A primeira foi criada em 1969, seguindo experiências similares implantadas na França e na Itália. Cada EFA, através do trabalho do MEPES e principalmente de cada um dos diretores, consegue diversas parcerias para o funcionamento e manutenção da unidade escolar, especialmente com prefeituras e o governo estadual. As famílias complementam o necessário para alimentação de seus filhos no período em que se encontram na escola. A partir da experiência do MEPES, as EFAs se disseminaram por todo o Brasil. Em 2007, pesquisas do MEC apontavam para a existência de 265 unidades escolares que utilizavam a Pedagogia da Alternância.

## 3. Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado, Ponta do Abunã – RO

Estudantes – Francisco Raniere Moreira da Silva (UVA) e Naila López Cabaleiro Suárez (FGV-Eaes)  
Supervisão – Ana Íris Tomás Teixeira (UVA) e Fernando Burgos (FGV-Eaes)

O Projeto RECA é um projeto de Reflorestamento que permita a exploração econômica da floresta. Para isso, busca o plantio adensado e consorciado (misto) de espécies nativas que tenham valor comercial. Desta forma, os agricultores podem utilizar a floresta como fonte geradora de renda, favorecendo sua conservação. As principais espécies cultivadas consorciadamente no RECA são a pupunha, o cupuaçu e a castanha-do-Brasil. Além de vender os produtos *in natura*, estes são beneficiados, agregando valor ao produto a ser comercializado.

A agrossilvicultura consorciada, aliada a um modelo de gestão participativa permitiu melhorar a qualidade de vida dos agricultores que vivem na Ponta do Abunã. Esta região foi durante muitos anos uma área de litígio entre os estados do Acre e de Rondônia,

---

---

dificultando os investimentos públicos na região. Desde 1996, pertence a Rondônia. Atualmente há mais de 300 famílias que participam do projeto, divididos em 12 grupos. Os integrantes de cada grupo se reúnem mensalmente para trocar ideias, acompanhar a produção, o andamento das atividades do projeto, discutir as demandas do grupo e buscar formas de responder aos diversos desafios. Para gerir o RECA, cada grupo elege seus representantes, formando uma coordenação que garante os encaminhamentos para concretizar as decisões dos agricultores.

#### 4. Orçamento Participativo, Recife - PE

Estudantes – Dayana de Oliveira Pires (EG-FJP) e Lucas Jacometi Pimentel (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Antonio Maria Claret (EG-FJP) e Cibele Franzese (FGV-Eaesp)

O Orçamento Participativo de Recife é um dos muitos instrumentos de gestão participativa adotados pelo município desde 2001. Para a prefeitura, o OP é o instrumento central de planejamento das políticas públicas e de descentralização das ações de governo. Um dos aspectos que o diferencia de outras experiências de OP é o seu sistema de informação, considerado um dos mais inovadores do País. Além disso, conta com uma equipe comprometida politicamente com a proposta e há uma grande adesão popular nas diversas etapas de definição de prioridades. Dentro do próprio governo também se dá grande importância ao OP.

Apesar de tudo isso, questiona-se se o OP realmente discute o orçamento municipal. Nota-se que ainda não se leva a discussão do planejamento financeiro da cidade para o âmbito dos debates do OP. Nas plenárias, vota-se em geral em prioridades e não em alocação de recursos. A discussão restringe-se aos 10% destinados a investimentos, mas não se discute o orçamento todo.

---

## 5. Escolas Família Agrícola da FUNACI, no Piauí

Estudantes – Marcela Costa (EG-FJP) e Matheus Santos (FGV-Eaesp)

Supervisão – Tatiana Sandim (EG-FJP) e Veronika Paulics (FGV-Eaesp)

As Escolas Família Agrícola foram implementadas no Piauí por iniciativa da FUNACI – Fundação Padre Antonio Civiero. As EFAs se originaram na França como solução para os jovens da área rural que se recusavam a frequentar a escola convencional. A alternância (períodos internos na escola alternados a períodos com a família), valoriza o saber da comunidade, ao mesmo tempo que gera autonomia para o estudante, fortalece o sentimento de pertença ao meio rural e promove o senso crítico. A partir da II Guerra Mundial, a experiência se disseminou por vários países europeus. Da Itália, foi trazida para o Espírito Santo, e depois para vários outros estados. A FUNACI é responsável por cinco EFAs situadas na periferia de Teresina, numa zona que até recentemente era considerada rural, e com altos índices de pobreza. O Projeto surgiu como resposta a um forte êxodo rural no início dos anos 1980, decorrente do crescimento do plantio de cana, para produção de açúcar e álcool. A primeira escola foi implantada em 1986, no município de Arozazes, com a ajuda de estagiários da EFA de Olivânia-ES. Atualmente há 12 Escolas Família Agrícola no estado, cinco ligadas à FUNACI, há algumas sob responsabilidade de outras fundações e outras, ainda, ligadas ao governo do Estado. Por suas peculiaridades, as EFAs demandam mais recursos por aluno do que uma instituição escolar convencional. Para obter os recursos necessários ao seu funcionamento, as EFAs contam a participação das famílias, repasses do governo estadual, ações das fundações que as gerenciam e, desde 2004, com a Associação Regional das Escolas Família Agrícola do Piauí, que articula as EFAs para que possam firmar apoios, buscar parcerias e recursos, fortalecendo a pedagogia da alternância.

## 6. Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco, Minas Gerais

Estudantes – Marcus Vinicius Travaglini Ferreira (FGV-Eaesp) e Elizeu Loureiro (UFAC)

Supervisão – Patrícia Laczynski (FGV-Eaesp) e Genildo Macedo (UFAC)

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco (CISASF) é pioneiro no segmento de saúde no Estado de Minas Gerais. Surgiu tanto de uma demanda da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, que necessitava de uma infraestrutura a fim de conceber um internato rural, quanto da oferta da cidade de Moema, que no início da década de 1990 contava com um hospital pronto para iniciar as atividades. Passados

---

---

alguns meses e tornando-se evidente o sucesso do serviço prestado, houve a necessidade de procurar parcerias para que as atividades pudessem continuar. Para isso foram estabelecidas parcerias com os municípios vizinhos.

O CISASF, que já chegou a ser composto por 25 municípios participantes, hoje conta com 12. Além da sede administrativa, o Consórcio é composto por um hospital de referência e quatro centros de especialidades médicas espalhados nas cidades vizinhas a Luz-MG (sede administrativa). Seu principal objetivo é disponibilizar à população dos municípios participantes um melhor serviço médico-hospitalar, se comparado ao oferecido por cidades não consorciadas, reduzindo a necessidade dos investimentos na medida em que otimiza os equipamentos e a infraestrutura administrativa já existentes. Atualmente, 658 dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais fazem parte de 63 consórcios de saúde, abrangendo cerca de 12 milhões de pessoas atendidas. Vale a pena citar que 34 municípios participam de mais de um CIS.

## 7. BH Cidadania, Belo Horizonte - MG

Estudantes – Yasmin Aponi Sanchez (FGV-Eaesp) e Paulo Henrique Alves da Silva (UVA)  
Supervisão – Ricardo Beltrão (FGV-Eaesp) e Eduardo Dias (UVA)

De um total de mais de dois milhões de habitantes, estima-se que 18% da população de Belo Horizonte resida em áreas de vulnerabilidade social. BH cidadania é um programa da Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte que busca gerir de maneira intersetorial a superação da situação de vulnerabilidade social das famílias. Parte-se da concepção de que uma família em situação vulnerável precisa de apoio em vários âmbitos para melhorar sua qualidade de vida. Diferencia-se de outras políticas por considerar a família e não o indivíduo isoladamente. Apoia-se em quatro pilares. A descentralização, enquanto base para o programa, traz a responsabilização e as questões operacionais para o âmbito local, uma vez que quem está na ponta conhece melhor o território e a comunidade, além de permitir à Secretaria de Políticas Sociais concentrar-se nas decisões estratégicas. A territorialidade significa que é no âmbito do território que serão estabelecidas as linhas prioritárias de intervenção pública. A intersetorialidade, por sua vez, é o marco do programa, e parte do princípio de que os problemas que atingem essas famílias dizem respeito a vários setores, exigindo que o atendimento tenha olhares múltiplos e soluções interligadas. Com isso há uma melhor resolução dos problemas e um acesso crescente a bens e serviços sociais. O quarto e último pilar do programa é a participação popular. Parte-se do princípio de que cada comunidade tem necessidades particulares e é preciso desenvolver suas capacidades para que possam demandar políticas que julguem necessárias para melhorar sua qualidade de vida.

---

## 8. Manejo Sustentável de Madeira, de Xapuri-AC

Estudantes – Geiza Gonçalves de Azevedo (EG-FJP) e Vitor Borba Assreuy (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Catarina Ianni Segatto (FGV-Eaesp) e Franklin Bruno da Silva (EG-FJP)

A região Sul do Acre foi palco de conflitos entre “paulistas” e extrativistas, especialmente nos anos 1970–1980. Os empates aconteceram no Acre na década de 1970 e consistiram na estratégia política usada pelos seringueiros expulsos de suas colocações que ficavam nos seringais vendidos aos “paulistas”, de impedir pacificamente o corte da floresta que a transformaria em campo de pasto. Alguns desses empates ocorreram de forma pacífica, porém muitos deles resultaram em grandes lutas e muitas mortes, principalmente de seringueiros. A morte de Chico Mendes tornou-se um marco ao chamar a atenção do mundo para a realidade vivida na região.

Um dos grandes desafios do Governo do Acre é conciliar a cobertura florestal ao abrir de novas frentes de geração de renda. Ou seja, conciliar minimamente o modelo extrativista com, por exemplo, a pecuária de modo que os pequenos e médios proprietários possam realizar as duas atividades e a floresta siga existindo.

O Manejo Florestal Comunitário é uma tentativa do Governo do Acre em criar uma política de manejo madeireiro, envolvendo grande número de pessoas, direta e indiretamente, buscando lidar com toda a cadeia produtiva da madeira, desde a extração (regulada) até a comercialização dos produtos dela derivados.

## 9. Instituto de Ecologia Social Carnaúba, de Sobral-CE

Estudantes – José Leonardo Martins Assumpção (UFAC) e Ricardo da Rocha Rodrigues (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Fernando Burgos (FGV-Eaesp) e Magdaline Benitez Romero (UFAC)

Instituto de Ecologia Social Carnaúba, fundado em 2001, é uma entidade não governamental que visa a preservação do meio ambiente, com eixo no sócio ambientalismo. Seus principais focos de atuação são a Serra da Meruoca (remanescente Mata Atlântica), o ambiente urbano das cidades da caatinga; o Vale do Rio Acaraú e o bioma caatinga e convivência com o semi-árido.

O Instituto realiza ações e projetos voltados para agricultores familiares de regiões que estejam num raio de 50 km da sede do instituto, em Sobral. Há agricultores que têm suas propriedades localizadas em regiões serranas e há outros cujas terras se encontram em áreas do semi-árido. Em ambas situações, o Instituto procura promover técnicas e procedimentos de cultivo mais modernos e sustentáveis nas propriedades atendidas,

---

---

como, por exemplo, os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Além disso, tenta possibilitar a melhora da renda familiar dos agricultores beneficiados, implementando técnicas de beneficiamento para agregar valor aos produtos. Um Sistema Agroflorestal compreende técnicas de produção agrícola familiar, menos intensivas que o roçado, sendo mais sustentáveis. É “agro” por conter espécies agrícolas de valor comercial e, ao mesmo tempo, “florestal” por ter incluir espécies de floresta nativa no próprio ambiente de produção agrícola.

## **10. Minas Sem Fome, de Coração de Jesus, Nova Porteirinha e Janaúba-MG**

Estudantes – Beatriz Junqueira Kipnis (FGV-Eaesp) e Aníbal Sales Oliveira Bastos (UVA)  
Supervisão – Maria Cecília Gomes Pereira (FGV-Eaesp) e Sefisa Quixadá Bezerra (UVA)

O Programa Minas Sem Fome do Governo de Minas Gerais é uma iniciativa que visa a segurança alimentar focando especialmente na produção agrícola familiar, que gera produção de alimentos e emprego e renda para os pequenos agricultores. Está sob responsabilidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), que atua em parcerias com os municípios, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Federação de Trabalhadores na Agricultura e sindicatos municipais de agricultura. Suas principais frentes de atuação são programas de hortaliças e lavouras, especialmente com distribuição de sementes; projeto pequenos animais, com distribuição de galinhas, peixes e abelhas; programa pró-pomar que fornece mudas de frutíferas de acordo com os hábitos alimentares de cada região do estado; instalação de tanques de resfriamento de leite; e abastecimento de água, para superar as dificuldades enfrentadas no semi-árido mineiro. Além de fornecer diferentes benefícios materiais, a EMATER também oferece capacitação e assistência técnica. Para ter acesso ao programa, os agricultores familiares precisam fazer parte de alguma associação local.

No âmbito do CLIU, o registro da experiência esteve focado na região norte do estado, que apresenta um quadro com maiores desigualdades, descrevendo o funcionamento do Programa especialmente nos municípios de Coração de Jesus, Janaúba e Nova Porteirinha.

## **11. Pão da Vida, de Viçosa do Ceará-CE**

Estudantes – Guilherme Pereira Franco (FGV-Eaesp) e Jhennyffe da Silva Moreira (UFAC)  
Supervisão – Tamara Ilinsky Crantschaninov (FGV-Eaesp) e Wesley de Brito (UFAC)

Viçosa do Ceará, com 60 mil habitantes, tem a caatinga como bioma. A maioria da

---

---

população da cidade se encontra na zona rural (67,5%) e na pobreza. Cerca de 10 mil famílias são atendidas pela Bolsa Família, revelando que uma parcela significativa da população do município tem renda per capita inferior a 140 reais. Diante deste quadro de alta vulnerabilidade social, o Centro Espírita “O Pobre de Deus” desenvolve atividades em benefício da Vila de Oiticicas, distrito de Viçosa do Ceará. As ações são voltadas para diversos aspectos da vida das famílias, desde cestas básicas até apoio educacional e profissionalizante, buscando, assim, promover apoio social de forma mais profunda. Além das atividades sociais e educativas realizadas, também foram mapeados projetos do próprio Centro que buscam gerar recursos que garantam a continuidade da assistência à comunidade. A padaria e confeitaria “Pão da Vida” é o maior exemplo desse mecanismo. Por meio dela diversos insumos produzidos em Oiticicas - como os biscoitos de peta, as galinhas para abate, o pão de forma, entre outros - alcançam o consumidor final no centro da cidade, e a renda obtida retorna como benefícios sociais para a comunidade.

## 12. Plug Minas, de Minas Gerais

Estudantes – Michael Cerqueira (FGV-Eaesp) e Priscila Portella (EG-FJP)

Supervisão – Sofia Reinach (FGV-Eaesp) e Heráclio Bastos (EG-FJP)

O projeto Plug Minas é um Centro de Formação e Experimentação Digital para Jovens, advindos de diversas escolas da rede pública da região metropolitana de Belo Horizonte (MG), proporcionando oportunidades de desenvolver suas aptidões para as áreas de empreendedorismo, jogos digitais e artes através dos mais variados aspectos de tecnologia e cultura digital. O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado em parceria com a Secretaria de Esportes e Juventude, mas é acompanhado e analisado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e tem a administração realizada por uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM). Por envolver o Estado, o setor privado e o terceiro setor, o Plug Minas promove o encontro de diferenças – sejam elas no público que faz parte dos projetos ou nas partes envolvidas na gestão. Apesar de ser destacável o cuidado em sua infraestrutura e o espaço do jovem na tomada de decisões no projeto, a questão de ser um projeto oneroso e com um número limitado de jovens demanda uma certa atenção.

---

---

### 13. SEDENS, do Acre

Estudantes – Bráulio Humberto (EG-FJP) e Sahid Xerfan Neto (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Anny Medeiros (FGV-Eaesp) e Mariana Almeida (EG-FJP)

Um dos maiores desafios do Governo do Acre é conciliar a manutenção da cobertura florestal e as atividades extrativistas dela decorrentes, com uma política de geração de emprego e renda que vá além destas atividades, investindo em desenvolvimento agrícola e industrial.

Neste movimento, o Governo do Acre optou por reunir a Secretaria Estadual de Florestas (SEF) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio Serviços, Ciência e Tecnologia (SEDICT), criando a Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS).

O objetivo desta junção é aprofundar o processo de agregação de valor aos produtos provenientes do extrativismo florestal, gerando também emprego e renda para a população acreana. A mudança de foco, no entanto, pode significar uma alteração profunda no modelo de desenvolvimento que se busca para o Acre, podendo ser considerado um certo retrocesso tanto para o estado quanto para todo o Brasil.

2013

### 14. Programa Travessia, de Minas Gerais

Estudantes – Lizandra Silva Ferreira (UFAC) e Nina Rentel Scheliga (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Ana Paula Kanoppa (UFAC) e Lucio Bittencourt (FGV-Eaesp)

O Programa Travessia foi elaborado em 2007 buscando ser um programa estruturador do Governo do anos, durante o qual a prefeitura recebe diversos incentivos financeiros para Estado de Minas Gerais cujo objetivo mais amplo era superar as situações de extrema pobreza no estado. Seu foco são os municípios com os piores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano). Nos primeiros anos do programa, foram disponibilizados projetos de infraestrutura para cinco municípios. Depois de cinco anos, cerca de 150 municípios haviam sido contemplados. Em 2011, o Programa Travessia passou por uma reestruturação, quando incorporou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), desenvolvido pela OPHI (Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford) que compreende a pobreza como um conjunto de fatores de privação. É composto por dez indicadores: anos de estudos e matrícula de crianças, para a educação; nutrição e mortalidade infantil, para a saúde; e gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, piso e bens domésticos, para padrão de vida. O programa então passou a ser estruturado por

---

---

seis projetos baseados nesses aspectos, para mudar a realidade desses municípios e da população multidimensionalmente pobre do estado. Cada município conta com o apoio do Programa Travessia por um período de dois executar ou elaborar projetos focados nas privações de sua população e assim diminuir a pobreza. Tais ações podem ser formuladas tanto pelo governo estadual, quanto pelos próprios municípios.

## 15. Projeto Dom Helder Camara, de Inhamuns e Crateús-CE

Estudantes – Luisa Kimie Tagusagawa (FGV-Eaesp) e Raiane Cardoso (EG-FJP)

Supervisão – Maria Cecília Gomes Pereira (FGV-Eaesp) e Juliana Mara Winther (EG-FJP)

O Projeto Dom Helder Camara (PDHC) é um projeto do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA) que, sob a perspectiva de convivência com o semiárido, busca reduzir a pobreza rural por meio do desenvolvimento humano sustentável. O PDHC está presente em seis estados do semiárido nordestino, havendo oito territórios delimitados.

No Ceará, um dos territórios é o Sertão do Inhamuns/Crateús. Nesse território, o PDHC atende 34 comunidades em seis municípios, alcançando 1680 famílias.

A principal ação do PDHC é a assessoria técnica permanente prestada por parceiras de execução direta. À luz da agroecologia, os técnicos orientam os agricultores sobre questões como o manejo adequado dos recursos naturais e desenvolvimento de tecnologias ambientais. Os trabalhos desenvolvidos conjugam os saberes técnicos e os saberes dos agricultores.

O PDHC também contribui para implantação e manutenção da educação contextualizada, que insere na educação formal elementos do contexto local aproximando a escola da realidade que o aluno vive. O papel dos técnicos é acompanhar e orientar os professores para realizarem atividades que promovam essa aproximação, como a criação de uma horta pelos próprios alunos, por exemplo.

O projeto também busca a estabelecer diversas parceiras possam estar em outras políticas públicas, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, assessorando as agricultoras e os agricultores nas áreas produtivas, burocrática e de comercialização, potencializando a geração de renda das famílias.

---

---

## 16. Rodovia Interoceânica e a iniciativa MAP, na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia

Estudantes – Maria Mirles Sant’Anna Teixeira (UVA) e Rafael Oliveira Leite (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Melina Rombach (FGV-Eaesp) e Ana Iris Tomás (UVA)

Localizada no centro da Amazônia Sul-Occidental, a região da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia), apesar de apresentar uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e uma enorme diversidade cultural, é, contraditoriamente, uma das zonas economicamente mais pobres da América do Sul.

Dois projetos estratégicos de integração buscam intervir de alguma maneira na região. Um deles é o MAP (formado pelas primeiras letras dos três municípios que o compõem Madre de Dios, no Peru, Assis Brasil, no Brasil, e Pando, na Bolívia) e o outro é a Estrada do Pacífico ou Rodovia Transoceânica.

A Rodovia é um eixo de ligação viária entre o noroeste do Brasil e o litoral sul do Peru, conectando o Oceano Atlântico ao Pacífico. Fruto da pressão dos setores de cada país, interessado em intensificar o comércio, facilitar deslocamentos e gerar crescimento econômico, diminuindo o “vazio” representado pelas grandes extensões de floresta. Para os movimentos sociais da região, a Rodovia reafirma um modelo de desenvolvimento predatório e excludente.

Já a iniciativa MAP é uma articulação que surgiu nos anos 2000 e busca estabelecer uma cooperação e uma visão transfronteiriça das realidades da amazonia brasileira e sulamericana. A reunião de organizações não governamentais nacionais e internacionais, órgãos governamentais, universidades e institutos de pesquisa se articula em torno de três grandes temas: conservação ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social, sempre buscando apoiar o processo de formulação de políticas para o desenvolvimento sustentável da região. Ainda que seja uma experiência muito recente, dentre os seus primeiros resultados concretos aponta-se para o incentivo ao diálogo e a cultura de pensar a região mais além das fronteiras.

2014

## 17. Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, de Minas Gerais

Estudantes – Wesley Freitas Viana (UVA) e Talita Hernandez Borges (FGV-Eaesp)  
Supervisão – Heráclio Bastos (UVA) e Adriano Borges da Costa (FGV-Eaesp)

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD é uma organização não

---

---

governamental, sem fins lucrativos fundada em 1984 pelo educador e antropólogo Tião Rocha. Presente em diversos territórios brasileiros, sobretudo em terras mineiras (onde iniciou seus trabalhos), o CPCD atua nas áreas de Educação Popular e Desenvolvimento Comunitário Sustentável, utilizando-se de elementos da cultura local como insumo de seus trabalhos, pedagogias e projetos.

Uma das principais atuações é junto às prefeituras de Araçuaí e Curvelo, MG, contando com diversas fontes de financiamento. Busca implementar modelos não convencionais de educação e instigar a inovação entre os educadores. A principal motivação de seu criador é a certeza de que todos ensinam e todos aprendem: crianças, adultos, jovens, estudiosos, leigos, donas de casa, agricultores, etc. Em medidas e formas diferentes, mas todos têm muito a ensinar e muito a aprender, segundo Tião Rocha.

## **18. Mini-fábrica de beneficiamento de caju - Assentamento Che Guevara, Ceará**

Estudantes – Bruno Giorni (UFAC) e Priscilla Correa dos Santos (FGV-Eaesp)

Supervisão – Anderson Peixoto Amparo (UFAC) e Tatiana Lemos Sandim (FGV-Eaesp)

O estado do Ceará possui três tipos de biomas predominantes, o cerrado, a caatinga e o litoral, todos com características bem específicas, sendo que a maior parte do território cearense está dividida entre cerrado e caatinga, em que ocorre grande escassez de água. Por conta disso, o cajueiro assume grande importância para a região, por possuir um bom rendimento de produção em locais com pouca água disponível. O Ceará é um dos maiores produtores de caju do mundo, abastecendo grande parte do mercado mundial. Este cenário de destaque na produção mundial do caju se realiza num contexto de intensa luta pela terra e exclusão social. Os pequenos agricultores, estão em sua maioria excluídos socialmente ainda que sejam responsáveis pela cajucultura.

A Mini-fábrica de Beneficiamento da Castanha de Caju do Assentamento Che Guevara, em Ocara – CE, é fruto do Projeto de Mini-fábricas de Beneficiamento da Castanha de Caju, da Embrapa, com o apoio da Fundação Banco do Brasil. Seu principal objetivo promover a organização dos pequenos agricultores e transformá-los em “empreendedores do caju”, ou seja, produtores, beneficiadores e vendedores da castanha de caju com maior valor agregado. Foram implantadas dez mini-fábricas em diversas regiões do Ceará, criando, simultaneamente, dez cooperativas singulares que concentram a produção na cooperativa central, a Copacaju.

O Projeto e seus desdobramentos estimulam a reflexão sobre várias questões importantes para o contexto do semiárido nordestino, como a inclusão econômica e social, a luta pela terra, a adaptação à seca, as relações de gênero e a situação da juventude rural.

---

---

## 19. Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Acre: Bonal e Porto Carlos

Estudantes – Mariana Gabriela de Oliveira (EG-FJP) e Brauner Geraldo Cruz Júnior (FGV-Eaesp)

Supervisão – Valéria Coelho Santos (EG-FJP) e Lúcio Nagib Bittencourt (FGV-Eaesp)

Estas duas experiências são de assentamentos acompanhados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Acre.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos ocupa uma área total de 14 mil, obtido por desapropriação em 2009, beneficiando 247 famílias. A área é estratégica por estar às margens da rodovia BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, que conecta o mercado consumidor brasileiro, peruano e boliviano. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Bonal possui atualmente uma área de 11 mil hectares e 205 famílias assentadas. Esse assentamento possui destaque na imprensa em relação ao seu processo de formação, dando ênfase ao modo de organização e é tido como uma experiência inovadora e de grande referência.

Em Porto Carlos, todos os assentados eram de origem rural, já viviam na terra onde estavam ou produziam em fazendas na Bolívia. Todos sabiam como lidar com a terra e dela viver. Assim, conseguiram produzir e viver no seu espaço dentro do assentamento. Em Bonal, a maioria dos moradores é proveniente de zonas urbanas. Assim, não conseguem lidar com a terra de maneira tão natural. Isso reflete na falta de diversificação da produção e da procura por empregos fora do assentamento, demonstrando a dificuldade de viver da terra.

Um dos mais importantes desafios dos dois assentamentos é a noção de coletividade, considerada um pouco restrita em ambos os assentamentos por motivos diversos que remontam à própria origem das famílias hoje assentadas.

---